

EDITORIAIS

CBM Cia Brasileira
Multimídia

Conselho de Administração
Presidente **Nelson Tanure**

Diretoria Executiva
Presidente **Daniel Barbara**
Diretor Editorial **Augusto Nunes**
Diretor Geral de Gestão **Eduardo L. Jácome**

GAZETA MERCANTIL

Direção Geral
Jackson Fullen
Marcello D'Angelo

Editora-executiva **Claudia Mancini**
Secretário de Redação **Costabile Nicoletta**
Coordenadores Editoriais **Klaus Kleber** (Opinião),
Nelson Rocco (Finanças) e **João Bittar** (Imagem)

Ação do Fed é essencial para economia brasileira

A decisão do Federal Reserve (Fed), o banco central norte-americano, de cortar em 0,25 ponto percentual a taxa básica de juro pode representar um ponto de inflexão na trajetória de estímulo para o crescimento econômico adotada pela instituição. O movimento do Fed de conter o juro a 2%, o menor desde dezembro de 2004, foi a sétima redução que derrubou a taxa de juro em 3,25 pontos percentuais desde o início da crise das hipotecas de alto risco, o subprime, em julho do ano passado.

É preciso reconhecer que a economia norte-americana apresentou reação favorável frente a estes cortes de juros. Apesar do emprego nos Estados Unidos ter caído pelo quarto mês consecutivo, na sexta-feira, o Departamento do Trabalho informou que o ritmo dessa queda foi significativamente menor em abril, quando comparado com a velocidade de queda do emprego nos três primeiros meses do ano. Os postos de trabalho no mês passado caíram em pouco mais de 20 mil, após queda confirmada de 81 mil em março e 83 mil em fevereiro. Vale notar que as previsões dos analistas eram de perda de 75 mil empregos no mês passado, incidindo sobre o corte de 230 mil postos já ocorrido no primeiro trimestre. No que se refere ao índice de desemprego a taxa deve atingir 5,2% em abril ante os 5,15% de março.

A informação otimista sobre postos de trabalho nos EUA foi suficiente para impulsionar as bolsas no mundo todo, com o movimento de alta iniciado em Nova York, forte no início do pregão de sexta-feira, perdendo intensidade no fechamento, mas o suficiente para levar as bolsas europeias e asiáticas em significativo movimento de alta, com a Bolsa de Londres subindo 2,12%, a de Paris 1,46% e a de Frankfurt em 1,36%, inclusive com a bolsa espanhola repercutindo muito favoravelmente a decisão de grau de investimento no Brasil. A Bolsa de Tóquio foi ainda melhor que a de Londres. É verdade que a notícia da menor intensidade na perda de postos de trabalho nos EUA não teria o impacto de alta que teve se os bancos centrais dos Estados Unidos, Europa e Suíça não informassem, também, pouco antes da abertura dos pregões de sexta-feira, o reforço das "medidas coordenadas" para reduzir a pressão nos mercados de crédito.

Esses dados, notoriamente otimistas, foram suficientes para dissipar a preocupação com a divulgação na quinta-feira de que o índice de atividade industrial norte-americano atingiu apenas 48,6 pontos em abril,

idêntica pontuação de março, índice preocupante porque qualquer valor abaixo de 50 pontos sugere contração da indústria. Por outro lado, é fato que a totalidade dos preços pagos bateu em 84,2 pontos no mês passado, uma recuperação em relação aos 83,5 pontos de março. É preciso cautela nesse índice porque ele pode refletir apenas o aumento dos gastos de consumo, embutindo aumento de preços e não necessariamente uma recuperação na quantidade vendida. Em outras palavras a inflação pode estar efetivamente atingindo o poder de compra dos norte-americanos de forma não completamente clara quando analisada apenas nesses parâmetros.

Aliás, preocupação com a inflação, como se viu no comunicado do Fed na última redução de 0,25 ponto percentual na semana passada, também passou a ser o alvo mais relevante para o banco central americano. No comunicado, o Fed destacou o que o "substancial afrouxamento na política monetária até agora" deve ajudar a estimular um "crescimento moderado", uma óbvia indicação de que novos cortes de juros não devem ocorrer, porque a inflação voltou a ser uma questão central. Como o texto do Fed não apresentou a agressividade esperada pelo mercado, os operadores migraram em Nova York dos papéis de empresas de varejo e tecnologia, mais sensíveis à inflação, para as ações de commodities e produtores de energia. Era um sinal bem visível que o mercado entendeu o novo rumo dos ventos para o banco central dos EUA.

Esse conjunto de sinais dúbios levou a análise do banco norte-americano Merrill Lynch, publicada na edição da Gazeta Mercantil de sexta-feira, de que a desaceleração da economia norte-americana obrigará o Fed a voltar a cortar juros apesar do cenário de pressões inflacionárias, reconhecendo que esta é uma previsão de "retração tímida". Com commodities ensaiando uma queda de valor e, em sentido contraditório, o petróleo, ao menor sinal de recuperação dos ânimos em Bolsa, voltando a subir, é hora de prestar total atenção nos movimentos do Fed. Preservar as exportações para o mercado dos EUA é condição obrigatória da pauta brasileira, em especial pela qualidade, pelo valor agregado dos produtos vendidos. A própria taxa de juro brasileira deve ser calibrada em ajuste fino com as expectativas do consumidor norte-americano. As ações do Fed são um termômetro essencial para nossas vendas externas. Convém não esquecer esse fato, tanto no governo como na sociedade, apesar das recentes conquistas da economia brasileira.

PERSONAGEM Lisa Schineller, diretora para ratings soberanos da S&P



Gian Paolo La Barbera

GAZETA NO TEMPO

05/05/82

URSS APÓIA ARGENTINA NAS MALVINAS

O embaixador da União Soviética na Argentina, Serguei Striganov, comunicou ontem, em caráter oficial, ao Ministério das Relações Exteriores da Argentina, que o governo de Leonid Brejnev está decidido a dar "total apoio diplomático" ao governo do general Leopoldo Fortunato Galtieri, em respaldo à posição argentina no conflito militar e diplomático com o governo da primeira-ministra britânica Margaret Thatcher, pelo poderio das Ilhas Malvinas.

Apesar do comunicado de Striganov, os militares argentinos resistem, por enquanto, a uma aliança militar direta com a União Soviética.

05/05/79

TATCHER, A PIONEIRA PRIMEIRA-MINISTRA

O fato de Margaret Thatcher (Partido Conservador) ganhar as eleições britânicas tem um indiscutível valor simbólico: como a imprensa não se cansa de repetir, é a primeira vez que uma mulher se torna primeira-ministra não apenas da Inglaterra como também em toda a Europa.

Politicamente, contudo, é muito mais significativo que a Margaret Thatcher ("la pasionaria da classe media inglesa"), tenha chegado ao poder como representante da direita radical.

Talvez, em todo o mundo industrializado, é a primeira vez que uma mulher ascende a um cargo tão elevado.

05/05/88

LASER PARA TRATAR DE DOENÇAS CARDÍACAS

Um laser capaz de destruir tecidos doentes sem prejudicar as células sadias poderá dar novo rumo ao tratamento de pacientes com problemas cardiovasculares.

Nos últimos anos, o laser tem suplantado algumas das ferramentas terapêuticas mais tradicionais da medicina. Os cirurgões cardíacos, porém, têm agido com reservas devido à dificuldade e ao perigo de se apontar uma arma letal para um alvo que se move lentamente.

Testes iniciais no Instituto Nacional de Saúde, dos Estados Unidos, e na França mostraram que o sistema funciona com singular precisão e velocidade.

Hora de lutar pelo déficit nominal zero



KLAUS KLEBER*

Um clima de euforia tomou conta da economia com a concessão do grau de investimento ao Brasil pela Standard & Poor's, decisão que deve ser seguida pela Fitch Ratings e a Moody's. Na onda, pode vir também o "investment grade" de outras agências menos votadas, como a Japan Credit Rating Agency (JCRA) e do Canadian Bond Rating Services (CBRS). A SR Consultores, empresa verde-amarela, comandada pelo economista Paulo Rabello de Castro, que também faz seu rating, prevê o ingresso de nada menos de US\$ 200 bilhões no Brasil em um prazo razoável. Parece que estamos voltando àquele velho bordão de que "ninguém segura este País".

Mas não é exatamente sobre isso que gostaria de falar. Com a gritaria e o foguetório da torcida depois deste primeiro gol, teve pouco destaque a notícia de que o setor público obteve um superávit nominal de R\$ 3,04 bilhões no primeiro trimestre deste ano, o que corresponde a 0,45% do PIB em valores atualizados até março. Nos últimos 12 meses, o quadro é bom, mas não chega a espetacular: déficit nominal de R\$ 43,31 bilhões ou 1,64% do PIB. O governo prefere festejar mais o superávit primário, que foi de 6,39% do PIB (R\$ 43,03 bilhões) no trimestre. Nos últimos 12 meses, o superávit primário

atingiu R\$ 117,36 bilhões ou 4,46% do PIB, bem acima da meta de 3,8% fixada para este ano.

O governo Lula deveria aproveitar essa oportunidade para incorporar como diretriz da política econômica daqui para a frente o déficit nominal zero, bandeira levantada no País pelo ex-ministro Delfim Netto, com apoio de outros economistas. Se, graças a uma arrecadação fantástica no trimestre deste ano (R\$ 161,7 bilhões, levando em conta apenas o arrecadado pela Receita Federal, crescimento real de 12,9% em relação ao mesmo período do ano anterior), o setor público produziu um superávit nominal, pode-

O primeiro gol custou a sair; o Brasil precisa agora cuidar melhor da defesa

se imaginar que seja capaz de zerrar a conta de agora em diante. Assim, acabaríamos com esse truque de superávit primário, que, ao deixar de considerar os pagamentos de juros sobre a dívida pública interna, não retrata fielmente a situação das contas do setor público nos três níveis.

Pergunta-se: qual a vantagem? Em primeiro lugar, a obtenção do déficit zero, obrigaria o governo a cortar as suas despesas correntes, que, como apontou a nota do Standard & Poor's, é um dos pontos fracos do País. Embora a relação dívida pública/PIB

esteja em queda, ela não vem se reduzindo no ritmo desejável.

Outra questão importante: como as despesas do Tesouro com o pagamento de juros são muito elevadas (ponto também levantado pelo S&P), tendo atingido R\$ 33,98 bilhões ou 5,94% do PIB apenas no primeiro trimestre, a meta do déficit nominal zero estabelecerá uma limitação fiscal para a elevação de juros pelo Comitê de Política Monetária (COPOM) do Banco Central (BC). Novas puxadas da taxa básica de juros, como prevê o mercado, teriam de levar em conta o custo dessas mexidas para o Tesouro.

Pode-se argumentar que o governo usa a taxa Selic para domar a inflação, cuja tendência é preocupante em razão de pressões de demanda. Mas o curioso é que muitos economistas defensores da atual política monetária alegam que ela só poderá ser revertida, com grau de investimento ou sem, se o governo contiver os seus gastos e é precisamente isso que objetiva a meta de déficit zero das contas públicas.

Pode-se alegar que o crescimento da arrecadação é sazonal, sendo concentrado no primeiro trimestre do ano, como comprovam as comparações com anos anteriores, o que facilita alcançar resultados fiscais mais favoráveis. Mas o esforço seria voltado justamente para romper esse ciclo por meio da redução das despesas do governo no restante do ano. Se o Brasil fez o primeiro gol, precisa agora cuidar melhor da defesa.

* Coordenador de Opinião
E-mail: kkleber@gazetamercantil.com.br

CARTAS E OPINIÕES

E-mail: cartasdo leitor@gazetamercantil.com.br ou fax: 11 2126-5329

Só IR Ambiental não é uma solução

Vivemos um novo contexto político-econômico nesse início de século. A lógica da produção capitalista evoluiu, agregando uma nova consciência de preservação ambiental e a certeza de que o lucro máximo decorre do alcance do ponto de equilíbrio entre os resultados econômicos, sociais e ambientais. Bem-vindo à era da sustentabilidade, que em poucas palavras significa lucrar eticamente, hoje e no futuro.

A sociedade finalmente se deu conta de que a natureza é uma fonte esgotável de recursos e que o aquecimento global é uma realidade que pode trazer sérios prejuízos à economia mundial. Desde então, o conceito de desenvolvimento sustentável ganhou força e é crescente a demanda mundial por produtos socioambientalmente corretos.

Os países emergentes não estão fora deste compromisso global, como tanto desejavam. Na última conferência mundial sobre o clima, em Bali, na Índia, os membros do G-7 ratificaram a sua posição de que os países mais ricos devem fazer mais para ajudar as nações em desenvolvimento no combate ao efeito estufa. Em contrapartida, os grandes emergentes, como China, Índia, Rússia e Brasil devem assumir metas de redução de suas emissões.

Na prática, produtos cuja origem e produção estejam na contramão da sustentabilidade começam a ter restrições de acesso a alguns mercados. Um exemplo

disso é a recente exigência da União Europeia (UE) da certificação ambiental dos biocombustíveis. Toda a exportação que tenha gerado desmatamento após 2003 não será aceita pelo bloco. Com uma meta de que 10% de sua frota de carros seja movida a etanol até 2020, a UE faz questão de importar um biocombustível ecologicamente correto. A UE ainda possui desde 2007 o "Reach", um regulamento de avaliação de risco de substâncias químicas que pode restringir as exportações do setor químico mundial para o bloco.

Barreiras não tarifárias? Disputas de mercado? Problemas à vista? Não: são todas oportunidades de negócio. Mas para isso o Brasil necessita de mais investimentos numa indústria sustentável ou vai ficar para trás no competitivo mercado globalizado. A recente proposta da criação do Imposto de Renda (IR) Ambiental, por meio da qual empresas possam deduzir do IR parte das colaborações com ONGs ambientais é uma iniciativa válida, porém insuficiente. É apenas um paliativo numa área que deveria ser prioritária para o desenvolvimento econômico do País. Não será a prática da filantropia que deixará as empresas brasileiras competitivas.

Por que não viabilizar incentivos fiscais e programas de crédito a setores da indústria que estejam dispostos a investir em projetos de eficiência energética, produção mais limpa, energia re-

novável, reúso de água e recuperação de passivos ambientais?

Cabe aqui uma dica aos estados que retêm mais de US\$ 1 bilhão em créditos de exportações de produtos químicos. A Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim) reclama que a indústria química é a mais prejudicada com a falta desse dinheiro. Esses recursos poderiam ser investidos na produção sustentável dessas empresas, com a distribuição de renda e a geração de empregos.

Já o governador de São Paulo, José Serra, assinou recentemente decreto transformando créditos de até R\$ 2,3 bilhões do ICMS em moeda para financiar projetos de revitalização de áreas urbanas degradadas. É uma medida importante para cidades como São Paulo, cuja degradação e esvaziamento da região central resultam na ocupação desordenada das periferias, cada vez mais populosas e colocando em risco a preservação de mananciais.

O Brasil com seu potencial energético, mineral e territorial é um dos países com maior vocação e oportunidades de crescimento econômico para suprir a demanda por produtos sustentáveis do mercado internacional. Para tanto, é necessário que o governo federal, em parceria com os estados e com os setores privados da indústria se mobilizem, traçando planos que insiram nosso País nessa nova realidade.

Marcos Redondo, diretor-executivo da Fator Ambiental, São Paulo